

Posto Navete Ltda. (São Paulo — SP); F. Calles Abastecimento de Veículos (São Paulo — SP); Posto Oxford (São Bento do Sul — SC); Posto São Geraldo Taubaté Ltda. (Taubaté — SP); Posto ESSO Paulo Jayme Morais (Bananal — SP); Auto Posto Barbosa Caragua Ltda. (Caraguatatuba — SP); Posto ESSO Djalma Dutra (Salvador — BA); Tupam Auto Posto Ltda. Auto Posto Gopouva e Auto Posto Carrossel

Recebemos, ainda, cartas das seguintes pessoas e instituições, todas contrárias à estatização:

Centro Oeste — Transporte de Derivados de Petróleo Ltda. Weege, Indústria Ltda. Associação Comercial e Industrial de Cruz Alta — RS; Pannon Letreiros Luminosos Ltda. Hélio Azevedo de Queiroz Filho, Olegário Lustosa Cantarele; Aderle Alconforado; Gustavo Moura Dubeury; Sergio Mace-do e Scofano & Scofano Ltda.

### Defesa do capital externo em vídeo

Cada um dos 559 Constituintes já recebeu um vídeo, com 20 minutos de duração, onde é mostrada a importância do capital externo para o desenvolvimento nacional.

Realizado pela empresa de comunicação TV-1, sob encomenda de um grupo de 54 companhias multinacionais, o vídeo foi baseado no estudo "A Importância das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro para o Desenvolvimento Nacional", da economista Maria Helena Zochum, publicado em julho pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Até março de 1986, segundo o documento e o vídeo, as empresas estrangeiras investiram no Brasil um total de US\$ 26,22 bilhões, dos quais 74,73% apenas na indústria de transformação. Desta forma, elas são responsáveis por 26,1% do Produto Interno Bruto (PIB), por 23% do total de salários pagos, empregando 19% dos trabalhadores na indústria e pagando salários em média 40% superiores aos da empresa nacional. Do total de impostos arrecadados pela União, 35% são oriundos das empresas estrangeiras.

Conforme levantamento da economista Maria Helena Zochum, para cada US\$ 100 de empréstimos, o Brasil paga US\$ 14,80, enquanto que para cada US\$ 100 de capital de risco, apenas US\$ 6,80 são enviados ao exterior a título de remessa de lucro. "Não é possível vivermos sem o capital estrangeiro: o que temos é de controlá-lo", garante o deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, ex-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) e candidato declarado à Presidência da República. Lula foi uma das muitas personalidades (empresários, economistas, políticos e sindicalistas) que fez questão de gravar seu depoimento no vídeo em defesa do capital externo.

Os Constituintes são advertidos pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, para o fato de que os trabalhadores querem melhores condições de trabalho e melhores salários, "não importa de onde venham". O vídeo, além de ter sido encaminhado a cada um dos 559 Constituintes, está sendo exibido em sindicatos patronais e de trabalhadores, clubes e entidades.

### Revendedores dizem não à estatização

A Supervisão de Vendas — Campinas' organizou uma reunião com os Revendedores com a finalidade de conhecer as opiniões quanto à emenda de nacionalização da distribuição. O encontro aconteceu no Hotel Vila Rica, no dia 2 de dezembro, contando com a participação de 36 revendedores, todos contrários à proposta de estatização. Um dos Revendedores ESSO ilustrou sua opinião com o exemplo argentino. "O meu posto foi abandonado e tive que vendê-lo, me transferindo para o Brasil à procura de melhores condições de trabalho".

A campanha "PETRÓLEO: quem distribui também contribui" já está nas ruas, sendo muito bem recebida pelos clientes dos postos de serviço Esso. As faixas com o **logan** estão espalhadas por 1.200 postos, em todas as capitais e principais cidades do País. A estimativa é que sejam distribuídas cerca de 55 mil adesivos/dia, por bonitas garotas, como Mônica Coutinho de 19 anos, encarregada do posto Lauro Sodré, entre o Rio-Sul Shopping-Center e a casa de espetáculos "Caneção", na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Mônica contou que não está enfrentando dificuldades para colar os adesivos nos carros: "os homens geralmente aceitam na hora, porque acham a estatização um absurdo. Só as mulheres relutam, pedindo para colocar em casa, com mais jeitinho". Um dos casos pitorescos que ela presenciou no posto, por onde passam quase dois mil veículos por dia — um dos mais movimentados da Rede Itaipava — foi o de um PM que passando a pé pelo local, pediu um adesivo, dizendo ser totalmente a favor da campanha já que "nada melhor para dar prejuízo do que misturar gasolina com política". Outro cliente por pouco não fez um comício no momento em que a reportagem do Equipe Esso chegou ao posto: "Você já viu greve em posto de gasolina?, você já viu algum posto sem combustível?, pois é, a Petrobrás sozinha não vai ter condições de atender a todos bem", disse em tom de discurso político.

A campanha é basicamente explicativa, segundo Daruiz Paranhos, Gerente de Propaganda da Esso. "O que queremos, não é sensibilizar os constituintes, e sim, mostrar o que existe por trás das bombas e o que fazemos para o combustível chegar até os carros". O direcionamento não poderia ser melhor, porque Mônica afirmou que os fregueses perguntam muitas coisas sobre a Companhia. Daruiz Paranhos acredita que esta campanha, nos moldes em que foi elaborada, seria adequada em qualquer época, para que fique claro como a Esso gerencia 64 armazéns, 800 vagões-tanque e 4 bilhões de litros de inflamáveis sem acontecer acidentes."

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Francisco, que falará pela Liderança do PFL.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sabemos que 70% da população do País vive hoje nas cidades, principalmente nas regiões metropolitanas. É necessário que haja uma tomada de posição antecipada daqueles que têm compromissos com a solução das questões urbanas, para que amanhã, ou daqui a mais al-

guns dias — espero que só algumas semanas — quando chegarmos na análise do capítulo pertinente à questão urbana, possamos efetivamente não só nos entender com relação às questões fundamentais, mas, ao mesmo tempo, avançar na solução dos problemas urbanos. Sabemos que a questão urbana interfere diretamente na problemática rural.

Há dois dias aprovamos a vinculação da função social à propriedade para que, efetivamente, seja cerceado o direito de usar, fruir e abusar da mesma, porque, dessa forma, não poderemos encontrar o caminho para a solução dos problemas da grande massa de pessoas que vive nas cidades. Aqueles que estão vinculados à matéria têm a obrigação de iniciar, desde já, esforços no sentido de encontrar caminhos novos, modernos para o equacionamento da questão urbana.

Diria que há um passo fundamental que precisa ser dado, e este se refere ao Projeto de Lei nº 554, que tramita longamente na Câmara dos Deputados, de autoria do então Deputado Nelson Marchezan. Nele, com a ousadia daqueles que enxergam o futuro, já havia referência ao direito de preferência, à perempção, ao loteamento compulsório e à desapropriação por título da dívida pública.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que possamos acatar e aprovar o texto, ainda acanhado, da Comissão de Sistematização, no que diz respeito à política urbana. Não encontraremos solução para este problema se efetivamente não avançarmos no sentido de assegurar e manter as conquistas inseridas no capítulo da questão urbana.

A desapropriação por título da dívida pública nas áreas urbanas, naquelas regiões subutilizadas, é absolutamente essencial, assim como a introdução do loteamento compulsório. Principalmente aqueles que foram Prefeitos sabem das dificuldades, dos impedimentos que se colocaram a sua frente para que pudessem efetivamente administrar cidades inchadas e regiões metropolitanas que, por vezes, como é o caso específico de Recife, têm 50% da população de todo o Estado.

É preciso, portanto, que continue prevalecendo o princípio do entendimento, de acordo, para que possamos avançar nesse campo. É necessário também que tenhamos um conhecimento técnico profundo de todos os males que assolam 70% da população brasileira nessas regiões metropolitanas. É preciso, portanto, dar um conceito moderno a essas áreas e assegurar essas conquistas que já estão no texto da Comissão de Sistematização. Por isso, convoco todos aqueles Constituintes que participaram, direta ou indiretamente, da questão urbana, para que possamos, já, a partir de agora, viabilizar os caminhos do entendimento, a fim de que as conquistas, como disse, ainda acanhadas, realizadas através do texto da Comissão de Sistematização, não sejam relegadas a segundo plano, e com isso não tenhamos condições de enfrentar essa problemática que atinge, como já disse, 70% da população brasileira.

É necessário que haja essa conscientização e esse esforço para que no momento das votações não ocorram radicalizações, ou mesmo acordos feitos à última hora, que venham a prejudicar essas conquistas modernas, ousadas, avançadas, mas absolutamente necessárias.